

Governo teme a autonomia do Congresso

09 OUT 1988

JORNAL DO BRASIL

Há um forte temor, na área econômica do governo, de que a nova autonomia financeira do Congresso irá contribuir para aumentar o déficit público, inviabilizando a meta oficial de sua contenção em 2% do PIB. Essas preocupações começaram a ser demonstradas mais abertamente após a apresentação, na quinta-feira passada, do projeto do deputado Jorge Arbage (PDS-PA) triplicando os vencimentos dos parlamentares para compensar o pagamento do Imposto de Renda.

Também existe um movimento no Congresso, cuja liderança é atribuída ao deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), para restabelecer as subvenções dos parlamentares para repasse a enti-

dades assistenciais, que foram eliminadas pelo governo na proposta orçamentária para 1989. Se os incentivos tivessem sido mantidos, sem aumento real, o orçamento deveria incluir, a preços de hoje, Cz\$ 3,3 bilhões para as subvenções concedidas diretamente aos parlamentares e mais Cz\$ 1,4 bilhão para as bolsas de estudo, que eram concedidas através da FAE.

A questão do restabelecimento das subvenções foi discutida em recente reunião da Comissão Mista de Finanças do Congresso, quando o deputado Nilson Gibson não apenas defendeu a sua volta como queixou-se de que o seu antigo valor era muito pequeno.

Teste — O aumento dos salários dos deputados e o retorno das subvenções teriam efeito insignificante no orçamento, mas os dois casos são apontados pelos técnicos da área econômica como uma espécie de teste do Congresso após o restabelecimento de

sua autonomia para gerar despesas financeiras. Acredita-se, nos ministérios da Fazenda e do Planejamento, que as decisões dos parlamentares nesses casos irão determinar a tendência do Congresso em assuntos financeiros: de austeridade ou gastadora.

O que importará realmente, em termos de impacto nas contas públicas, será a posição do Congresso em relação às propostas tributárias que serão enviadas pelo governo ainda nesse semestre. O desafio dos parlamentares, nesse caso, será a votação sobre possíveis propostas de cortes de incentivos fiscais que atualmente beneficiam seus estados. De qualquer forma, a discussão sobre os aumentos salariais e restabelecimento das subvenções aos parlamentares terá repercussão, inclusive porque, esses dois itens estão entre os primeiros assuntos, na área financeira, que o Congresso irá apreciar nessa fase inicial de vigência da nova Constituição.